

REVISTA REDAÇÃO

15/02/2015 - Ed.05

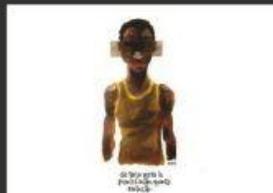


Procura-se

Diagnóstico do emprego no
Brasil e tendências regionais

JEFFERSON MARIANO

// O que é
um bom
médico?



// Capitães
da areia:
até quando?



Procura-se - Diagnóstico do emprego no Brasil e tendências regionais (JEFFERSON MARIANO)



ATÉ pelo menos o início dos anos 2000, a economia brasileira enfrentava um quadro de elevadas taxas de desemprego. Esse processo alimentou um profundo debate acerca das causas desse fenômeno. Naquele momento, existia uma polarização acerca das principais causas para esse comportamento do mercado de trabalho. Os chamados economistas intervencionistas buscavam os motivos para esse quadro no baixo ritmo de crescimento da economia. Por outro lado, os economistas mais alinhados ao pensamento neoclássico argumentavam que a rigidez no mercado era responsável por esse processo. A expansão da economia brasileira, a partir de 2004, contribuiu de modo decisivo para que ocorresse a redução no desemprego e, em certa medida, desarmou os argumentos associados à suposta rigidez no mercado de trabalho brasileiro. A partir de 2011, a economia brasileira voltou a apresentar taxas muito baixas de crescimento econômico; no entanto, aparentemente, ainda não houve impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO

Existem várias fontes de pesquisa que possibilitam analisar o mercado de trabalho no Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é o órgão responsável pelo levantamento de informações relativas a contratações, demissões e estoque de emprego no Brasil. O fato de esse sistema levar em consideração apenas o comportamento do emprego formal faz com que existam limitações em relação à real situação desse mercado.

Ocorre que existe, na economia, uma relação inversa entre grau de desenvolvimento e presença de atividades informais. Ou seja, em países menos desenvolvidos, é grande a incidência de atividades informais. No Brasil, apesar do crescimento e da diversificação das atividades produtivas das últimas décadas, ainda é elevada a presença de atividades informais.

TABELA 1

*Pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas, por posição na ocupação
Brasil – 2010 – Em percentual*

Posição na ocupação	Participação	
	2000	2010
Total	100,00	100,00
Empregados – com carteira de trabalho assinada	36,46	45,29
Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	5,63	5,39
Empregados – sem carteira de trabalho assinada	24,49	20,17
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	3,97	1,72
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,10	4,01
Empregadores	2,89	1,97
Conta própria	23,46	21,46

IBGE: Censos Demográficos

De acordo com o Censo Demográfico 2010, do total de trabalhadores do Brasil, 45,29% correspondiam a empregados no setor privado com carteira assinada. Em contrapartida, 41,63% não disponibilizavam dessa proteção, estando na informalidade. Ressalte-se que havia ainda 21,46% de trabalhadores classificados como "Conta própria". Essa categoria é composta por pessoas que trabalham explorando seu próprio negócio, sozinhas ou com sócio.

É importante observar que, entre o Censo de 2000 e o de 2010, melhorou o perfil do mercado de trabalho brasileiro. Percebe-se que houve um aumento expressivo na presença de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho, de 36,46% para 45,29%, e redução dos sem carteira e conta própria. Ainda assim, impressiona o fato de 40% da população economicamente ativa não dispor de proteção social no que se refere ao mercado de trabalho. A persistência do elevado número de trabalhadores sem carteira assinada explica a limitação de se analisar o comportamento do mercado de trabalho, levando-se em conta apenas as informações cadastrais disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Desse modo, para avaliação mais abrangente acerca do comportamento do mercado de trabalho, é necessário consultar o conjunto de pesquisas socioeconômicas disponíveis que incorporam a totalidade dos trabalhadores.

Os principais indicadores que apuram as taxas de desemprego levam em consideração os trabalhadores em condições informais. No Brasil, o indicador oficial é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Mensal de Emprego. Trata-se de um levantamento mensal realizado em seis regiões metropolitanas do País (São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador).

Outro indicador relevante utilizado pelo mercado é a taxa apurada pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade na Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Existem algumas diferenças metodológicas entre esses dois levantamentos; no entanto, ambos captam as alterações de curto prazo ocorridas no mercado de trabalho nas regiões investigadas. Ou seja, são capazes de diagnosticar o comportamento do emprego urbano no Brasil. Contudo, uma crítica existente especialmente em relação à Pesquisa Mensal de Emprego diz respeito à abrangência territorial. Apesar de resultar da soma das seis principais regiões metropolitanas do País (Recife, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), o indicador é utilizado como a taxa oficial do Brasil.

Entretanto, é necessário relativizar essa crítica, uma vez que a população nessas regiões metropolitanas soma aproximadamente 50 milhões de pessoas, ou 25% da população do País. Além disso, existem algumas diferenças entre as áreas urbanas e rurais, no que tange ao comportamento da economia. Nas regiões metropolitanas, todas as relações são monetizadas, ou seja, é muito reduzida a possibilidade de o trabalhador atuar com produção para o próprio consumo. Em contrapartida, nas áreas rurais e no interior do País, é possível a ocorrência de situação na qual o trabalhador produza para o próprio consumo. Ou seja, isso não deve exercer pressão sobre o mercado de trabalho.

O CENÁRIO ATUAL DO MERCADO DE TRABALHO

A Tabela 2 indica que, ao longo dos últimos anos, o País posicionou-se em um quadro de estabilidade de emprego com reduzidas taxas de desocupação.

TABELA 2

Taxas de desocupação (Meses de dezembro) | Brasil 2002/2013 – Em percentual

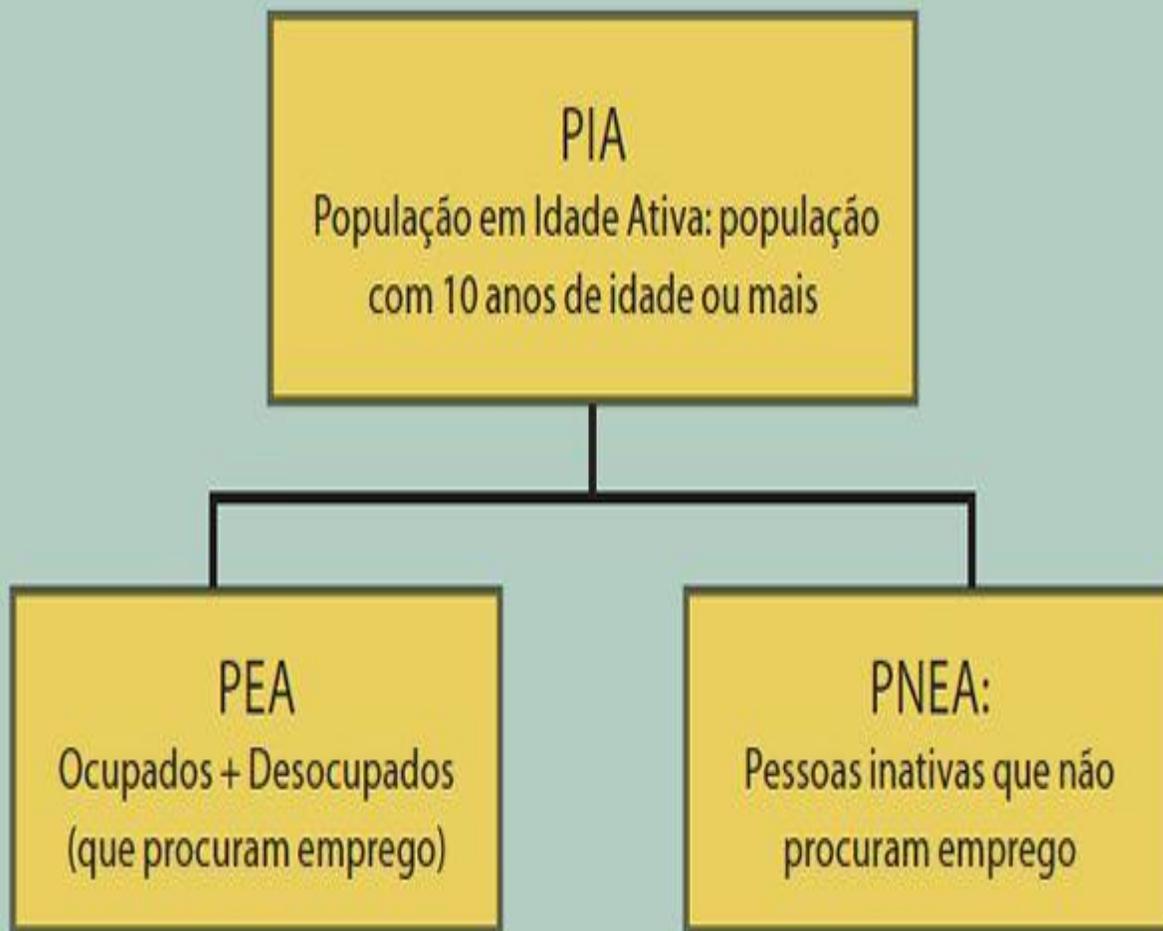
Região Metropolitana	Anos											
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Recife	11,3	12,1	11,1	13,9	10,4	9,9	7,8	8,4	6,9	4,7	5,6	5,9
Salvador	14,8	15,7	15,4	14,6	12,4	11,4	10,0	10,7	8,4	7,7	5,7	7,7
B. Horizonte	8,3	10,4	8,5	7,0	7,1	5,5	5,5	5,1	4,3	3,8	3,5	3,4
R. de Janeiro	8,9	8,6	8,5	6,8	6,5	6,1	6,2	5,4	4,9	4,9	4,0	3,7
São Paulo	11,7	11,8	9,8	7,9	9,0	8,0	7,1	7,5	5,3	4,7	5,2	4,4
Porto Alegre	7,5	7,9	6,6	6,7	6,6	5,3	4,7	4,3	3,0	3,1	3,0	2,6
Total	10,5	10,9	9,6	8,4	8,4	7,5	6,8	6,8	5,3	4,7	4,6	4,3

IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego

Observando a série histórica dos indicadores de desemprego a partir de 2002, é possível perceber uma contínua queda ao longo do período. Esse processo ocorreu praticamente em todas as regiões metropolitanas.

O crescimento econômico pode acentuar as pressões sobre o mercado de trabalho. Nesse cenário, algumas pessoas que integram o contingente da População Não Economicamente Ativa (PNEA) podem voltar a pressionar o mercado de trabalho e integrar o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA). Se a estrutura produtiva não estiver preparada para incorporar esses novos trabalhadores, é possível que ocorra um aumento nas taxas de desocupação.

Além disso, o tempo em que essa pessoa ficou na condição de inatividade pode fazer com que ela não apresente os pré-requisitos demandados pelas empresas. Como já foi destacado, o crescimento da economia nos últimos anos foi determinante para a configuração do atual quadro. Ou seja, a expansão do PIB fez com que ocorresse redução nos indicadores de desemprego.



A taxa de desocupação corresponde a uma razão entre os desocupados e a população economicamente ativa:
Taxa de desocupação: $\text{Desocupados} \times 100$

Contudo, é importante observar que, às vezes, esse processo pode não acontecer. Dependendo das condições estruturais da sociedade, Desse modo, apesar de não se caracterizar como uma regra, o êxito em termos de crescimento econômico pode ocasionar um aumento nos indicadores de desemprego.

As condições de aposentadoria também podem exercer pressões sobre o mercado de trabalho. Trabalhadores que se aposentam deixam de integrar a parcela correspondente à População Economicamente Ativa. No entanto, se o valor das aposentarias for muito reduzido, há uma tendência de que essas pessoas retornem ao mercado de trabalho e, desse modo, exerçam pressões sobre a procura de emprego. Existem, no Brasil, mais de 6 milhões de pessoas aposentadas ou pensionistas que ainda integram o quadro da População Economicamente Ativa.

TABELA 3

Pessoas aposentadas e pensionistas por condição de atividade e ocupação | Brasil – 2010

Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas
Total	23.188.085
Economicamente ativas	6.256.441
Economicamente ativas – ocupadas	5.992.467
Economicamente ativas – desocupadas	263.974
Não economicamente ativas	16.931.644

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

ANÁLISE

Outro aspecto importante relativo aos indicadores de desemprego e condições de oferta de emprego no Brasil refere-se às desigualdades existentes quando se consideram aspectos como etnia, gênero e faixa etária. Se observado o quadro geral, percebe-se que há um contingente populacional para o qual a situação de emprego é mais crítica. Entre a população jovem, que busca a primeira oportunidade de trabalho, é extremamente elevada a taxa de desocupação. Ressalte-se que essa não é uma exclusividade do mercado brasileiro. Muitos países europeus enfrentam uma crise em relação à oferta de trabalho para esse estrato da população. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Grécia, o desemprego entre a população jovem ficou em 64% em 2013 e, em Portugal, chegou a 42,1%. Como destacado na Tabela 4, no caso do mercado de trabalho brasileiro, as taxas mais elevadas de desocupação se encontram na faixa populacional entre 15 e 17 anos. No entanto, deve-se ressaltar que, entre 2002 e 2013, ocorreu uma queda acentuada (de 32,2% para 23,7%).

TABELA 4

Taxas de desocupação por grupos de idade Brasil – 2002/2013 – Em percentual

Grupos de idade	Taxas de desocupação	
	Períodos	
	2002	2013
15 a 17 anos	32,2	23,7
18 a 24 anos	19,4	10,3
25 a 49 anos	8,2	3,6
50 anos ou mais	4,7	1,6

Fonte: IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego

Percebe-se também que, depois de ultrapassada a barreira do primeiro emprego, ou seja, na faixa etária superior a 25 anos, há praticamente uma situação de estabilidade no mercado, com taxas muito reduzidas de desocupação (3,6%). Depois da caracterização das condições do mercado de trabalho segundo faixa etária, observa-se que existem profundas diferenças em relação à taxa de desocupação segundo o nível de escolaridade. Durante longo período, houve, no Brasil, o argumento de que a baixa escolaridade explicaria o crescente desemprego. Novamente, a interpretação dos dados ajuda a elucidar essa questão. Observa-se que os jovens com escolaridade superior também enfrentam dificuldades em relação à inserção no emprego.

TABELA 5

Taxas de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais, segundo anos de estudo | Regiões metropolitanas – Dezembro/2013 – Em percentual

Regiões metropolitanas	Grupos de Estudo		
	Sem instrução e menos de 8 anos	Entre 8 e 10 anos	11 anos ou mais
Recife	6,4	7,1	5,5
Salvador	6,6	10,2	7,4
Belo Horizonte	3,1	3,9	3,4
Rio de Janeiro	3,2	3,8	3,8
São Paulo	3,4	6,6	4,1
Porto Alegre	2,7	3,2	2,4
Todas as regiões	3,8	5,6	4,2

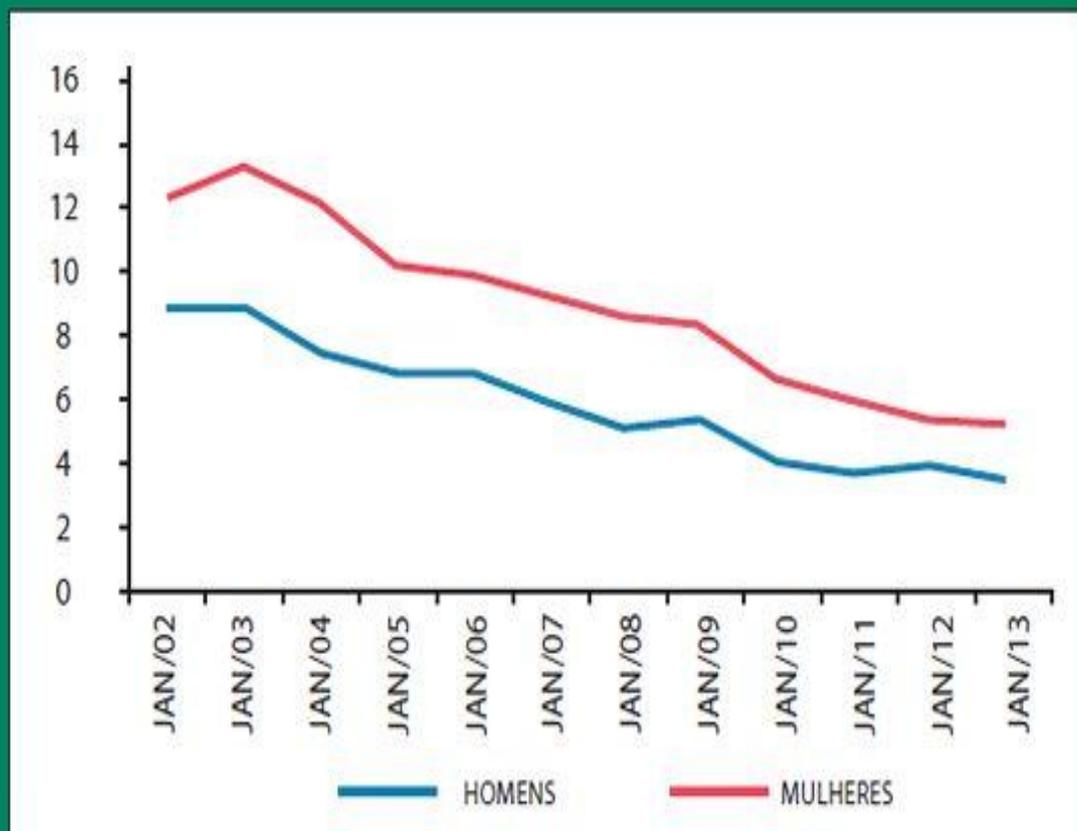
Fonte: IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego 2013

Em relação à segmentação das taxas de desocupação por gênero, percebe-se a condição menos favorável das mulheres. O Gráfico 1 destaca que, desde o início da série da Pesquisa Mensal de Emprego, as taxas de desocupação são mais elevadas para o contingente feminino.

"Indicadores de desemprego em nível de unidade da Federação e de grandes regiões do País podem ser obtidos a partir de consulta à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)."

GRÁFICO 1

Taxa de desocupação por gênero Brasil 2002/2013 – Em percentual



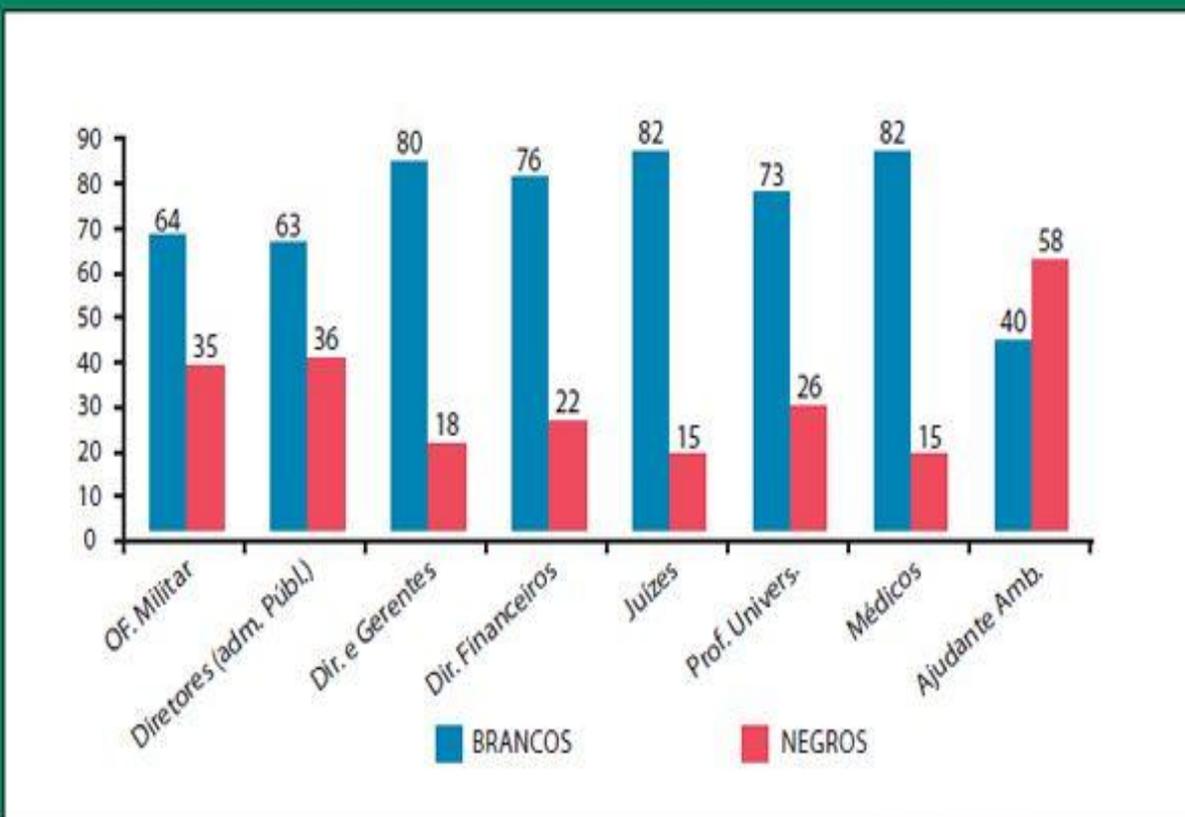
Fonte: IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego

As desigualdades são também bastante acentuadas no mercado brasileiro, levando-se em consideração as diferenças étnicas da população. As taxas de desocupação encontram-se em patamares mais elevados para a população negra e, de modo mais acentuado, para as mulheres negras. Não se trata de mera coincidência o fato de as regiões com maior contingente populacional negro (regiões metropolitanas de Salvador e Recife) apresentarem taxas mais elevadas de desocupação. Além disso, existem outros aspectos que evidenciam a situação menos favorável para a população negra em relação à inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o Gráfico 2, nas principais posições ocupacionais associadas a cargos de direção ou de poder de decisão, é praticamente vedada a presença da população negra. Um contraste interessante ocorre no setor de saúde. Entre os médicos, 73% autodeclaravam-se brancos e 23% negros. Em contrapartida, nas atividades operacionais, como, por exemplo, ajudante de ambulância, há uma inversão, com 40% de negros e 58% de brancos.

GRÁFICO 2

Distribuição das ocupações selecionadas segundo o critério raça/cor Brasil 2010 – Em percentual



Fonte: Censo Demográfico 2010

DESEQUILÍBRIO REGIONAL

Indicadores de desemprego em nível de unidade da Federação e de grandes regiões do País podem ser obtidos a partir de consulta à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No entanto, não se trata de um levantamento conjuntural, ou seja, não são disponibilizados dados mensais sobre o mercado de trabalho.

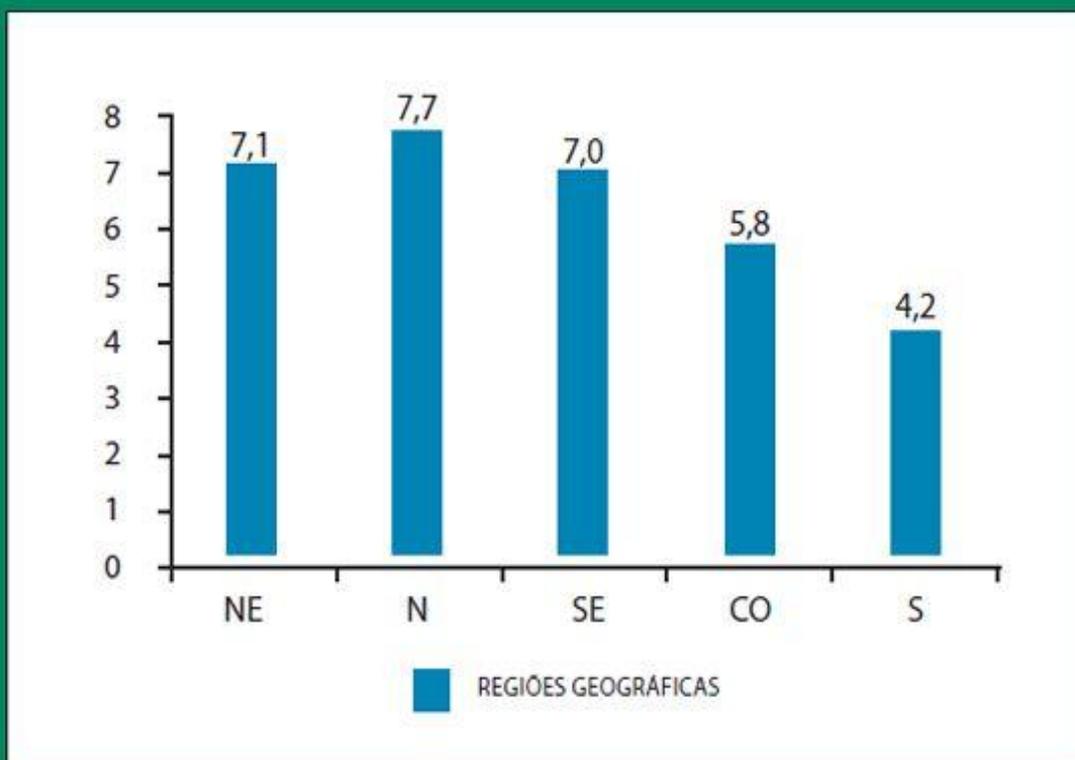
A PNAD disponibiliza séries anuais a respeito de um amplo conjunto de indicadores sociais do Brasil, inclusive trabalho e emprego. Além disso, tratando-se de taxas de desocupação, os índices são um pouco mais elevados, em razão da incorporação de todas as regiões do País.

Levando-se em consideração os últimos resultados, é possível perceber que, apesar das taxas reduzidas de desemprego, há desigualdades na comparação entre as diferentes regiões do Brasil. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam as taxas mais reduzidas. Em contrapartida, nas regiões Norte e Nordeste, as taxas são mais elevadas.

GRÁFICO 3

Taxa de desocupação por grandes regiões

Brasil 2013 – Em percentual



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O Sudeste também apresenta um padrão de taxas de desocupação elevadas, quando comparadas com o Sul e o Centro-Oeste. Esse comportamento pode ser explicado pelo dinamismo da economia da região. Trata-se do principal polo de atividade econômica do País e, desse modo, tem o poder de atração de grandes contingentes populacionais, que acabam por pressionar o mercado de trabalho. Os desequilíbrios regionais ficam evidentes também quando se estabelecem comparações em relação aos rendimentos dos trabalhadores.

No Brasil, em 2013, aproximadamente 52% das pessoas com mais de 15 anos de idade tinham rendimentos de até dois salários mínimos, e 7,5% recebiam até meio salário mínimo.

O mapa do Brasil destaca o percentual de pessoas que recebem até meio salário mínimo em 2013, segundo as unidades da Federação. Percebe-se, por exemplo, que, em São Paulo e em Santa Catarina, é muito reduzida essa ocorrência. Por outro lado, nas unidades Federativas da região Nordeste, é extremamente elevado o contingente populacional com rendimentos de até meio salário mínimo. Nos Estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e da Paraíba, os valores oscilam entre 16,04% e 19,34%.

Ou seja, nas regiões Sul e Sudeste, além da ocorrência de menores taxas de desocupação, o padrão de rendimento médio mensal dos trabalhadores é consideravelmente mais elevado.

"O mapa do Brasil destaca o percentual de pessoas que recebem até meio salário mínimo em 2013, segundo as unidades da Federação."



Pessoas de 15 anos de idade ou mais (Percentual)

Rendimento mensal = Até 1/2 salário mínimo

Ano = 2013

Nível Territorial = Unidades da Federação

Cor	De	Até
	2,05	2,51
	3,62	3,95
	4,52	5,18
	6,29	7,44
	9,09	9,81
	11,44	13,63
	14,63	15,77
	16,04	19,34

CONCLUSÃO

Em síntese, é correto afirmar que as taxas de desocupação se encontram em patamares significativamente baixos, especialmente quando se acompanha sua evolução ao longo dos últimos dez anos. Entretanto, as taxas ficam um pouco mais elevadas, quando ocorre a incorporação de todo o contingente populacional, como é possível detectar pelos dados da PNAD. Em contrapartida, em comparações internacionais, as taxas de desemprego no Brasil são relativamente baixas, porém, os baixos níveis de remuneração funcionam como uma “válvula de controle”. O aumento da escolaridade no País ainda não foi capaz de melhorar a oferta de trabalho mais qualificado para essas pessoas e, conseqüentemente, garantir remunerações mais elevadas. Por fim, percebe-se que ainda são profundas as desigualdades regionais e também as diferenças relativas aos grupos étnicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego.**

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.**

_____. **Censo Demográfico 2010.**

OIT. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/894>>. Acesso em: 10 set. 2014.

JEFFERSON MARIANO é doutor em Desenvolvimento Econômico e analista socioeconômico do IBGE. **Revista GEOGRAFIA, Fevereiro de 2015.**

O que é um bom médico? (CRISTIANE SEGATTO)

Todo hospital tem um Dr. Hodad. Mantenha distância

EM SEU primeiro dia como residente da Universidade Harvard, o cirurgião americano Martin Makary ouviu uma frase que o marcaria para sempre. “Esse paciente é do Hodad”, disse um dos residentes. O jovem Makary, encantado por receber treinamento num dos centros médicos mais respeitados do mundo, mal podia esperar o momento de avistar o astro e, se tudo corresse bem, ser aceito como discípulo.

Mais tarde, envergonhado, confessou ao colega que nunca tinha ouvido falar no cirurgião Hodad. O amigo respondeu: “Dr. Westchester é Hodad. É assim que nós, os residentes, o chamamos. H-O-D-A-D significa Hands of Death and Destruction (mãos de morte e destruição)”. O médico era um perigo ambulante. O excesso de autoconfiança o levava a cometer sucessivos erros cirúrgicos. Hodad se achava bom em tudo. Arriscava-se e colocava os doentes ao risco ao realizar operações que não eram sua especialidade.

Os pacientes nem desconfiavam. Agradeciam pelo tratamento recebido e o recomendavam aos amigos. O jovem Makary não entendia como os pacientes podiam ter uma percepção tão equivocada de um cirurgião que, sob o julgamento técnico dos colegas, era ruim. Conseguiu entender quando passou a acompanhar o médico mais velho nas visitas aos pacientes. Hodad era simpático, divertido, caloroso, bom de conversa. Os pacientes o adoravam. Até quando uma complicação ocorria, o que não era raro, Hodad era capaz de arranjar uma desculpa. Os doentes iam para casa convencidos de que ele não errara e felizes por terem estado em boas mãos.

Do ponto de vista técnico, Hodad era uma fraude. Do ponto de vista de popularidade, era um espetáculo. No mesmo hospital, trabalhava outro cirurgião. Um grandalhão, de cara amarrada e péssimos modos. Grosseiro, na maior parte das vezes. Sempre pronto a humilhar as enfermeiras e outros funcionários. Os alunos o chamavam de Raptor. Tinham medo dele. Os pacientes também. Raptor acumulava queixas de maus modos no departamento de atendimento ao cliente. Muitos pediam para ser operados por Hodad, o picareta com fama de excelente médico.

Os observadores bem informados ficavam intrigados com a ironia da situação. Apesar de seu comportamento terrível, Raptor tinha qualidade técnica muito acima da média. A incrível precisão cirúrgica e a insistência de se aproximar da perfeição a cada procedimento fizeram dele o cirurgião de melhor reputação entre os colegas. Até os que odiavam seus modos eram capazes de reconhecer sua superioridade técnica.

Ao longo da carreira, Makary viu chefes de Estado, celebridades, CEOs e outros poderosos caírem nas mãos de gente como Hodad, sem ter a menor ideia do risco que corriam. Viu também moradores de rua operados por brilhantes Raptors, sem desconfiar de que eles eram a elite da profissão. Essa é uma história universal. Quase todo hospital tem um Hodad e um Raptor. E profissionais de todo tipo entre esses dois perfis extremos. No Brasil, é exatamente assim – sobretudo naqueles que são considerados os melhores hospitais.

Se até os poderosos estão sujeitos aos Hodads, como o cidadão comum pode saber se o profissional e o hospital escolhido é bom mesmo? Podemos escolher hotéis e restaurantes a partir de critérios técnicos, mas somos impedidos de comparar as diferentes instituições de saúde a partir de parâmetros objetivos. Qual é o índice de infecção do hospital A? E as taxas de complicação do B? Qual é a sobrevida de quem faz uma cirurgia cardíaca ou um transplante aqui ou ali? Esses dados existem. Pelo menos no grupo de 21 hospitais brasileiros que dispõem de um selo de qualidade emitido por uma entidade chamada Joint Commission International.

Por enquanto, porém, essas informações são guardadas a sete chaves. Ainda que um hospital divulgue um ou outro parâmetro (em geral, o que lhe é favorável), não podemos comparar as diferentes instituições. Makary defende a divulgação desses dados. E acha que, mais cedo ou mais tarde, ela vai acontecer. Por exigência da sociedade. Hoje o americano é um cirurgião reconhecido e comentarista de redes de TV americana como CNN e Fox News.

Ele defende essa ideia no livro *Unaccountable: What Hospitals Won't Tell You and How Transparency Can Revolutionize Health Care* (em português, *Sem prestar contas: o que os hospitais não contam e como a transparência pode revolucionar o atendimento à saúde*). A obra recém-lançada nos Estados Unidos ainda não tem editora no Brasil. "Muitos médicos estão tão frustrados com as perversidades do sistema de saúde quanto os pacientes. Um estudo recente demonstrou que 47% dos médicos americanos sofrem de síndrome de burnout (stress crônico provocado pelas condições de trabalho)", disse Makary a ÉPOCA. "Acho que meu livro se conecta com essas frustrações."

Na complexa e controversa área da saúde, o livro de Makary é um dos melhores que li recentemente. Uma discussão que faz todo sentido no Brasil. Nos últimos dez anos, a parcela de beneficiários de planos de saúde cresceu 50% no país. Hoje somos 47 milhões. Nas grandes capitais, as obras de expansão dos hospitais estão por todo lado. Ainda assim, as novas alas são insuficientes para atender tanta gente. Há filas de quatro horas nos pronto-socorros e reclamações constantes. Nesse cenário, a qualidade fica comprometida.

Saber qual hospital zela por ela e qual investe apenas em aparência deveria ser um direito do cidadão. Divido com vocês algumas das observações de Makary: Operar o paciente errado ou um membro errado é o tipo de coisa que nunca deveria acontecer. Ainda assim, descobrimos que ocorrem 80 erros desse tipo toda semana apenas nos Estados Unidos. Mesmo nos melhores hospitais.

O médico que atende as celebridades não é, necessariamente, melhor que os outros. Alguns se tornam famosos porque executam bem algum tipo de procedimento. São bons em alguma coisa específica. Isso não significa que eles sejam bons em tudo. Um médico pode ter muita experiência em cirurgia cardíaca, mas ele não será a melhor opção se o paciente precisar de uma cirurgia de abdome.

Muitos médicos constroem uma reputação, ficam famosos e depois não se atualizam. É péssimo para o paciente. A melhor forma de escolher um médico é se informar sobre a doença e buscar uma segunda opinião. Há um movimento para tornar a medicina mais transparente. Sou otimista. Chegará o dia em que os hospitais terão de prestar contas sobre seus resultados (taxa de infecção hospitalar, erros de medicação, complicações etc), do mesmo jeito que prestam contas sobre suas finanças.

Segundo Makary, a nova geração de estudantes pensa diferente da velha guarda da medicina. Insistem em saber, com objetividade, o que de fato ocorre atrás das portas fechadas. Que a informação e o anseio por transparência contamine toda a sociedade. É questão de vida ou morte.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Janeiro de 2015.**

Água Chanel (LUIZ FELIPE PONDÉ)

MUITO já foi escrito sobre os totalitarismos do século 20 - de grandes obras, como a da filósofa Hanna Arendt, até textos de ocasião. Em meio a isso tudo, gostaria de apontar uma das causas de formas totalitárias de organização social que muitas vezes escapa ao nosso entendimento mais imediato. Apesar de óbvia.

Uma das matrizes mais seguras de formas totalitárias de organização social são as boas intenções articuladas coletivamente em momentos de escassez de recursos materiais ou imateriais necessários à vida. Dito de outra forma: liberdade individual é artigo de luxo, caro como bolsa Chanel. De tudo o que já foi dito sobre as liberdades individuais pelos filósofos, psicólogos e cientistas sociais nos últimos 200 anos, falta dizer que uma analogia entre marcas caras de luxo e ideias como direitos humanos, liberdades individuais ou dignidade da pessoa humana se faz necessário.

Antes de tudo, porque muitas vezes o modo como se fala disso faz os mais jovens pensarem que coisas assim caem do céu ou são fruto das redes sociais ou manifestações na avenida Paulista. Resumindo a ópera até aqui: liberdades individuais são coisas de rico. "Rico", aqui, significa sociedades com razoável estabilidade de recursos que, por sua vez, produz em uma razoável estabilidade institucional. Dito de forma, talvez, mais poética: quando se fica pobre, tudo vai para o saco.

Sei que nossa sensibilidade um tanto infantil decorrente da ideologização da filosofia e das ciências humanas impede que percebamos como funciona essa matriz de sociedades totalitárias. Quer ver? Recentemente, esta Folha publicou uma matéria na qual condomínios pensavam em formas de assegurar a justa economia da água. Uma dessas formas seria a criação de "guardiões da água" nos condomínios. Basta uma coisa como essa para percebermos como funciona o processo totalitário. Preste atenção.

O fato de os nazistas e soviéticos serem muito maus acabou por embotar nosso discernimento posterior ao advento das grandes sociedades totalitárias do século 20. Formas totalitárias se organizam facilmente ao redor de "causas justas" (honra da Alemanha, justiça contra os ricos na Rússia). Essa peça do quebra-cabeça normalmente falta nas aulas dos

professores gurus de filosofia por aí. É porque está justificada a suspensão das liberdades individuais que você vira um "comissário do povo" ou um "comissário da água".

De um dia para o outro, você está vigiando os ruídos dos chuveiros e descargas na casa do vizinho. Comissões estabelecem multas condominiais para quem desobedecer a justa norma de economia de água. No elevador, começamos a sentir uma justa antipatia pela pessoa que, ao que tudo indica, não tem espírito coletivo, e gasta mais do que deve. Facilmente, um vizinho poderá juntar essa justa antipatia a velhos desafetos: essa pessoa sempre foi metida, tem um carro melhor do que o meu, sua mulher é mais gostosa, seus seios são mais durinhos.

De novo, lembremos: economizar água é uma necessidade justa. Esforços devem ser feitos nesse sentido, do contrário, ficamos sem água. Logo, quem não colaborar merece sanções. Como garantir esse processo se não fiscalizarmos uns aos outros? Queria ver Foucault sem água. Os regimes totalitários nunca sobreviveriam sem a adesão do cidadão comum a causas que lhe parecem ou são de fato justas. Num cenário de falta de água generalizada, quem tomar banho muito longo em nome das liberdades individuais será considerado um cretino. Porque esse banho seria um luxo. E aí voltamos ao início.

Perdemos a noção de que são as condições materiais que sustentam o mundo à nossa volta. Até o marxismo diz isso, de certa forma, mas, infelizmente, só o diz para afirmar sua metafísica besta da história da luta de classes. Direitos humanos, dignidade da pessoa humana ou liberdades individuais deveriam estar na seção de produtos de luxo, como os da Chanel, e não em discussões sobre justiça social. Basta faltar água e todo o blá-blá-blá sobre valores democráticos ruem como um castelo de cartas. Estamos já há muito tempo mentindo sobre essas coisas.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Janeiro de 2015.**

Capitães da areia: até quando? (LEANDRO GAVIÃO)

O quadro apresentado por Jorge Amado mantém-se perversamente inalterado desde 1937, e, quando uma voz se levanta para tentar aprofundar a questão, associando-a à falta de um regime mínimo de bem-estar social, um sem-número de vozes aciona suas metralhadoras em protesto contra aquilo que considera tentativa de justifica



COM PUBLICAÇÃO datada de 1937, a obra *Capitães da areia*, de Jorge Amado, repercutiu de forma polêmica, a ponto de ser censurada pelo Estado Novo varguista, sob acusação de propaganda comunista. Embora o comunismo fosse citado de forma lateral ao longo do texto, o enredo consiste numa crítica social relacionada a um problema latente de sua época: transgressões perpetradas por crianças de rua.

Ambientado em Salvador, o livro retrata a vida de um grupo de menores abandonados que, diante da repulsa da sociedade e da indiferença do Estado, acabam por recorrer a diversos tipos de crime para sobreviver.

Foi a primeira vez que o público brasileiro deparou com um garoto de rua assumindo o papel de protagonista de uma obra literária. Explorando questões como a desigualdade social e o abandono, bem como as violências dali decorrentes, Jorge Amado subverteu o senso comum, elevando os marginais à condição de heróis da trama.

Considerando sua inclinação política, podemos aventar com certa segurança que sua intenção era justamente incitar o

leitor a se colocar no lugar daqueles jovens. Obviamente, não para defender a violação da lei, mas para realizar um esforço empático ao qual as pessoas estão pouco habituadas a se dedicar, deslocando-as da zona de conforto da sua realidade, impelindo-as a enxergar as práticas ilegais daqueles delinquentes como desdobramentos de uma estrutura social perversa.

A peculiaridade da obra está nessa capacidade ímpar de conduzir o leitor a se desfazer de julgamentos maniqueístas. Ao longo do texto, você pode se surpreender ao se dar conta de que está realmente “torcendo” para o sucesso daqueles anti-heróis.

Os personagens são órfãos miseráveis, menores oriundos de favelas e de famílias desestruturadas. São pessoas literalmente carentes e desprovidas de acesso aos insumos materiais básicos para sobreviver com um mínimo de dignidade. Ademais, são violentados pelas instituições coercitivas do Estado e desprezados pela sociedade. Assim, restam-lhe os meios ilícitos para assegurar a única coisa que sobrou: a vida.

Passados quase oitenta anos, as causas profundas elencadas pelo autor para descrever tal realidade não nos soam remotas. Pelo contrário, dispomos de uma tenebrosa familiaridade com elas. Embora essa não seja a mensagem principal do livro, é inegável que a exclusão social se converte em violência, e esta se torna potencialmente capaz de atingir não só o excluído, mas os outros indivíduos que cruzam seu caminho, visto que a reação do oprimido pode vir na forma de opressão.

Preconceito e simplismo

No Brasil hodierno, toda vez que chega o verão a história se repete. Como uma espécie de quadro paradigmático das consequências da exclusão endêmica, o distúrbio e o medo causados pelos arrastões nas praias da zona sul carioca e pelos assaltos nas ruas das regiões mais nobres ganham protagonismo nas manchetes dos jornais e nas redes sociais.

Excetuando uma minoria que consegue ter uma visão holística do problema, as propostas de soluções apresentadas para acabarmos com os “capitães da areia contemporâneos” são sempre simplistas e nunca tocam na estrutura do problema. Enquanto alguns colonistas sugerem a restrição da circulação de determinadas linhas de ônibus e a instalação de “catracas” nas praias, outros comentaristas optam por uma via ainda mais autoritária (para não dizermos protofascista): a eliminação física do indesejado via encarceramento, justicamento ou qualquer outro método de alçada imediatista.

Não se vê o mesmo ímpeto para cobrar projetos de inclusão que devolvam, a longo prazo, a cidadania às gerações vindouras. Apesar do fracasso patente dos meios coercitivos atuantes – a saber: a repressão policial e a prisão –, a falsa solução amadurecida no discurso favorável à redução da maioria penal permeia o imaginário coletivo brasileiro, não obstante as observações de intelectuais e de organizações de renome vinculadas à defesa dos direitos humanos, que alertam para a complexidade do problema da violência e para a incapacidade de resolvê-lo abrindo mão de políticas que visem atingir sua dimensão estrutural.

Em resumo, o quadro apresentado por Jorge Amado mantém-se perversamente inalterado desde 1937, e, quando uma voz se levanta para tentar aprofundar a questão, associando-a à falta de um regime mínimo de bem-estar social, um sem-número de vozes aciona suas metralhadoras em protesto contra aquilo que considera tentativa de justificar o delito.

Ora, não se trata de relativizar a violação da lei ou tampouco de culpar a vítima, mas de traçar um diagnóstico capaz de tocar no âmago de uma situação incômoda de viés eminentemente social, pois não é preciso ser acadêmico para constatar a existência de uma estrutura cruel que há décadas condena gerações inteiras ao fornecer-lhes opções de vida bastante limitadas, enquanto o modelo de sociedade no qual vivemos subjuga a cidadania ao poder de consumo. Nesse cenário, a revolta dos desfavorecidos que nada têm a perder é certa, haja vista que a violência é a única linguagem com a qual estão habituados desde a infância.

Em *A utopia* (1516), Thomas Morus já repreendia, com uma inteligência à frente de sua época, a visão estreita do senso comum sobre a essência do criminoso: “você deixam desviar-se e deteriorar-se aos poucos o caráter das pessoas desde a primeira infância, e punem adultos por crimes cuja promessa garantida eles carregam desde os primeiros anos”.¹ Foi exatamente para combater essa lógica sórdida que Darcy Ribeiro e Leonel Brizola conceberam os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps). Sucateados pelos governos subsequentes, os Cieps acabaram boicotados pelos segmentos conservadores da política e da imprensa, prejudicando o destino de milhares de jovens e crianças. Sem dúvida, estamos vivenciando os reflexos dessa medida.

Quem almeja com sinceridade a paz deve conscientizar-se de que a perspectiva focalizada apenas no fato isolado mostra-se incapaz de revelar fenômenos cuja inserção se dá em totalidades mais amplas, o que leva a perigosas conclusões, como a da suposta essência degenerada do agente criminoso, omitindo nossa qualidade peculiar de seres históricos, condicionados cultural e socialmente. A individualização da conduta tem como consequência a formulação de argumentos débeis e demasiadamente levianos, como aquele popularizado na voz de Rachel Sheherazade: “Está com pena do bandido? Então adota”. Na verdade, as propostas apresentadas pelos setores progressistas visam elaborar respostas em nível estrutural, tencionando a construção de um futuro *sem* crianças de rua.

A despeito da nobreza do ato de adotar uma criança, o problema jamais será resolvido mediante ações inseridas naquilo que Paulo Freire classificou como *falsa solidariedade*, a saber: caridade de ordem individual e isolada, incapaz de superar por si só o *status quo*.² Não foi por meio de adoções e de esmolas que alguns países europeus que ostentam índices satisfatórios de bem-estar social alcançaram essa condição. A solução encontra-se sempre na esfera política, na redução das desigualdades e na mobilização diuturna dos movimentos sociais por serviços públicos universais, gratuitos e de qualidade.

Ao observarmos um fenômeno social de alta complexidade, urge convertermos a análise meramente superficial em um diálogo entre o parcial e o total. Somente por meio da compreensão da existência de uma rede de elementos interconectados é que podemos seccionar a realidade, constatar um problema específico e partir para a investigação de suas causas, sem desconsiderar as interconexões existentes entre o todo e o fragmento estudado, retotalizando-o.

Importa buscarmos visões de futuro que sejam capazes de evitar a perpetuação dessa mazela, pois estamos falando de jovens que poderiam estar contribuindo para o engrandecimento do país, mas que desde o nascimento encontram-se imersos num ambiente de exclusão, desigualdade e valores deturpados, e por isso acabam fadados a ter alternativas limitadas sobre a condução de sua própria vida. São seres invisíveis, cuja existência só é percebida quando há transgressão à lei.

Negar a dimensão global é cair na armadilha das análises liberais reducionistas que insistem em dar superpoderes ao indivíduo atomizado, como se as opções do filho de um favelado fossem as mesmas que as de um herdeiro de um grande empresário, acobertando as muitas variáveis que atuam para além do âmbito individual.

Quando ocorrem, as raras histórias de superação são normalmente apresentadas pelos meios de comunicação na forma de retratos comoventes, como se “vencer na vida” fosse quase uma opção, mera consequência do esforço de cada um. Essas histórias recebem um enfoque distorcido, e nesse ponto a grande mídia promove um desserviço sem precedentes, uma vez que colabora para silenciar o debate sobre soluções genuinamente definitivas.

Na realidade, tais casos são exceções que apenas confirmam a regra da exclusão. Normalmente, a maior parte dessa juventude oriunda de comunidades carece de suporte familiar adequado e de acesso à educação de qualidade, e, por razões de cunho histórico, descende majoritariamente de famílias negras que por séculos estiveram alijadas do processo de acumulação de capital, o que agrava especificamente a situação desse grupo étnico estigmatizado pela sua cor de pele, atributo fenotípico impossível de esconder. Em suma, são jovens que carregam o peso de uma herança maldita que os coloca em uma situação concreta de desvantagem em relação a seus congêneres oriundos de realidades sociais mais abastadas.

Ao tratar do sentimento generalizado de insegurança (*Unsicherheit*) na sociedade hodierna, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman salienta nossa peculiar inépcia para enfrentar problemas de ordem estrutural: “O mundo contemporâneo é um recipiente cheio até a borda de medo e frustração à solta que procuram desesperadamente válvulas de escape”.³No caso dos grandes centros brasileiros, as válvulas de escape podem se materializar nas despolitizadas “marchas pela paz” ou assumir um semblante violento, resultando em justificações. Tanto a primeira estratégia como a segunda demonstram nossa impotência para lidar com causas profundas.

Carência de educação e conscientização política

O que torna a obra de Jorge Amado excentricamente atual é o fato de ainda nos prendermos a um receituário unidimensional (leia-se: vigiar, punir e reprimir) para tratar de uma situação de enorme complexidade. Para avançarmos, será preciso contar não somente com a vontade política de lideranças verdadeiramente comprometidas com uma real mudança da estrutura social, mas também com a participação ativa da sociedade civil. Para tanto, é urgente que esta última se conscientize da real profundidade desse debate, cobrando soluções do poder público e defenestrando as respostas simplistas, preconceituosas e, sobretudo, errôneas.

No entanto, é exatamente nesse ponto que se encontra o nó górdio da questão: percebemos que a carência de educação e conscientização política não se limita aos desprivilegiados, mas atinge igualmente uma fatia relevante das camadas mais favorecidas da sociedade brasileira, composta por elementos orgulhosos de seus diplomas, mas analfabetos políticos incapazes de ultrapassar o senso comum.

Nos últimos anos, o Brasil conseguiu dinamizar economicamente a região Nordeste, praticamente eliminando a miséria extrema, reduzindo as desigualdades e interrompendo o fluxo migratório para outras regiões mais prósperas, o que gerou um círculo virtuoso benéfico para todos, pois o compromisso do Estado para com o bem-estar dos nordestinos impede que estes se convertam em massas excluídas dos grandes centros urbanos do Sudeste. Em conjunto com outras medidas de natureza social, conseguimos o feito inédito de ver nossa nação riscada do vergonhoso “mapa da fome” das Nações Unidas.

Deveríamos nos orgulhar de ter deslocado para o âmbito da ficção o sórdido cenário de *Vidas secas*, retratado por Graciliano Ramos com impecável realismo. Superado esse desafio, cabe agora realizarmos a mesma façanha com os capitães da areia.

1 Thomas Morus, *A utopia*, L&PM, Porto Alegre, 2010.

2 Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2014, p.49.

3 Zygmunt Bauman, *Em busca da política*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

Reforço no avanço das relações EUA-Cuba (ABRAHAM F. LOWENTHAL)

OS ANÚNCIOS feitos simultaneamente pelos presidentes Raúl Castro e Barack Obama, em 17 de dezembro, e as medidas que estão sendo adotadas pelos dois governos refletem a decisão atrasada dos Estados Unidos de respeitar Cuba como país soberano e o reconhecimento por parte de Cuba de que uma reaproximação mutuamente respeitosa com os EUA é de seu interesse.

Representantes dos dois países negociavam em segredo havia décadas, mas um dos lados sempre recuava, ou os dois o faziam, essencialmente devido à ainda presente presunção hegemônica de Washington e ao medo dos líderes cubanos de que uma reaproximação pudesse ameaçar a independência do país, arduamente conquistada. Imperativos internacionais, de política doméstica e pessoais contribuíram para possibilitar esse avanço agora. Mudanças demográficas, de geração e de opinião reduziram em muito o custo que a mudança de política terá para uma administração americana.

A insistência latino-americana de que Cuba fosse convidada a participar da Cúpula das Américas neste ano exigiu uma decisão por parte dos EUA. Cuba está ajudando a pôr fim à insurgência das Farc na Colômbia, e EUA e Cuba têm interesses paralelos em resposta à deterioração da Venezuela. Os dois vêm cooperando na prestação de assistência humanitária no Haiti, em resposta ao ebola, ao narcotráfico, na questão da imigração, entre outras. Há muito Cuba deixou de apoiar insurgências armadas.

Interesses de cidadãos e empresas americanas foram prejudicados pelo embargo. A reaproximação sempre fez parte da agenda de Obama, e ele pode empreendê-la sem restrições do Congresso. No lado cubano, o presidente Raúl Castro falou várias vezes da responsabilidade que a "geração histórica" de líderes revolucionários cubanos tem de conduzir o país para um caminho viável.

O derretimento da Venezuela, a estagnação econômica de Cuba e as tentativas de reformar sua economia geram a urgência de abrir o caminho para a ampliação dos investimentos, da tecnologia, do turismo e do comércio. Castro entende que uma reconciliação com Washington é mais provável durante o governo Obama que depois dele. O restabelecimento das relações diplomáticas convencionais não vai encerrar o conflito entre Cuba e EUA. Não vai criar confiança instantânea após décadas de hostilidade generalizada nem vai mudar a forma do regime autoritário de Cuba e de sua economia de Estado.

Castro e seus colegas lançaram algumas reformas, mas não demonstram o desejo de ceder poder ou abrir as portas ao livre mercado. Os EUA conservam sua ambição de exercer influência global e regional, sua devoção às prescrições do livre mercado e o compromisso de grande parte da sociedade americana com os direitos civis e humanos.

O que vai mudar é o número de atores que poderão afetar o futuro de Cuba e sua influência. A lenta abertura da economia cubana já começou a gerar chamados internos pela ampliação dos intercâmbios internacionais, a liberalização da regulamentação doméstica e a reforma do regime cambial.

Essas forças vão se multiplicar à medida que comércio, investimentos e turismo crescerem, que as empresas e organizações civis fiquem mais ativas e as ideias passem a circular mais livremente. Elas vão mudar a dinâmica das relações com Cuba e interamericanas, desde que as mudanças mútuas e fundamentais possam ser reforçadas.

ABRAHAM F. LOWENTHAL é integrante sênior da organização de pesquisa Brookings Institution. Foi diretor dos programas sobre América Latina dos centros de estudos americanos Wilson Center e Inter-American Dialogue. Tradução de **CLARA ALLAIN**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Confiança (ROSELY SAYÃO)

OUÇO muitos pais dizerem que confiam no filho adolescente quando este tem de passar por algumas situações que se lhes apresentam como uma tentação. Por exemplo: quando permitem que ele viaje sem adultos antes mesmo de completar 16 anos, quando o autorizam a sair sem hora para voltar e sem destino previamente traçado, quando deixam o carro com a chave à mão em casa quando o filho lá fica sozinho ou quando passam a ele a senha do cartão do banco para que faça uma única compra combinada.

Eu entendo que os pais confiam na educação que deram ao filho, mas, quando isso se transforma em confiar no filho, a coisa complica. A educação que damos aos mais novos é a melhor herança que transmitimos a eles, mas não funciona como vacina, ou seja, os jovens podem adaptar o que aprenderam ao seu estilo de viver ou, em muitos casos, sucumbir aos seus impulsos e agir de modo diferente do que aprenderam ou de como costumam agir.

Em situações como as citadas, mais do que confiar no filho, é importante que os pais se lembrem de sua própria juventude. Poucos passaram por esse período sem fazer escolhas erradas, cometer bobagens e transgressões, das leves às arriscadas, não é? Quando os pais pensam em confiança, o mais comum é a vontade que eles têm e o investimento que fazem para dar crédito ao filho. Mas talvez a questão crucial na relação entre pais e filhos seja seu corolário: como os pais podem se tornar merecedores da confiança de seus filhos.

Cultivar o vínculo: essa é a grande questão. A ligação afetiva dos pais com os filhos costuma ser bastante acolhedora logo nos primeiros anos de vida, e esse acolhimento oferece à criança a segurança que ela precisa para viver. Nesse período, tal acolhimento se expressa principalmente corporalmente: a criança se machuca, os pais a levam ao colo e/ou a acariciam; o bebê hesita em dar os primeiros passos, os pais o encorajam levando-o pelas mãos, e assim por diante.

Com o crescimento, a criança passa a procurar menos o contato corporal e a buscar o olhar dos pais. O olho no olho, a partir dos três anos, mais ou menos, significa para a criança a presença atenta dos pais, o que lhe dá a segurança de que precisa. É durante a infância que a ligação entre o filho e seus pais vai tomando forma nas conversas, nas palavras, nas atitudes. E a criança mantém a confiança em seus pais quando percebe que eles estão verdadeiramente interessados nas questões que coloca e respondem a elas com transparência e honestidade.

É difícil para a criança confiar em seus pais quando percebe que eles pouco se interessam por aquilo que ocorre em sua vida. Você já deve ter ouvido um pai ou uma mãe dar uma resposta qualquer ao filho só para se desvencilhar do aborrecimento que ele provoca naquela hora, não é? Atitudes desse tipo vão, aos poucos, minando a confiança nos pais e aí, na adolescência, os jovens podem deixar de dar crédito a eles, mesmo sem se dar conta disso.

É importante considerar que confiar nos pais, para o adolescente, não significa contar tudo de sua vida, mas sim acioná-los nas situações em que precisar de um apoio, de uma orientação, de um auxílio para fazer as melhores escolhas possíveis em sua vida ou enfrentar os dilemas e as vicissitudes que surgem.

Para o jovem, saber que pode contar com seus pais mesmo quando não precisa mais deles é ter sentimento de pertencimento, fundamental na vida.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Publicidade infantil e as notas do Enem (CAROLINA ARID ROSA BRANDÃO)

A DIVULGAÇÃO das notas dos alunos do ensino médio que prestaram a última prova do Enem surpreendeu a todos. Mais de 529 mil candidatos obtiveram nota zero em redação, que teve como tema a publicidade infantil no Brasil. A iniciativa do Ministério da Educação, ao propor para debate dos estudantes um tema contemporâneo e polêmico, é merecedora de aplausos porque estimula a discussão sobre uma questão que vem sendo tratada com destaque nos mercados mais relevantes do mundo.

O baixo rendimento dos alunos, porém, pode ser explicado pela formulação do próprio enunciado da prova, que é confuso, com poucos subsídios e, ainda, com informações equivocadas. Um exemplo de imprecisão na proposta do tema aos estudantes está na informação contida no mapa que orientava os alunos a respeito dos diferentes modelos de regramento da publicidade adotados por alguns países do mundo.

O mapa informava que no Brasil se pratica apenas o modelo de autorregulamentação do setor ("não há leis nacionais, o setor cria normas e faz acordos com o governo"), o que não é verdade. No Brasil vigora um sistema misto, que combina legislação e autorregulamentação. A Constituição Federal prevê restrições à publicidade de cigarro, de bebidas alcoólicas, de agrotóxicos e de medicamentos.

Além disso, como bem lembrou o Conar (Conselho de Autorregulamentação Publicitária) em ofício que encaminhou ao Ministério da Educação, há no país um sem-número de leis ordinárias que, de algum modo, também exercem controle sobre a publicidade direcionada ao público infantil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor. (Este último prevê pena de prisão àquele que incorrer na prática de publicidade abusiva.)

Outro ponto em que pecou o Ministério da Educação foi dar maior destaque à posição defendida por alguns setores de proibição total de qualquer propaganda dirigida ao público infantil, deixando de submeter ao crivo dos estudantes informações importantes para a formação do seu convencimento.

Faltou informar, por exemplo, as conclusões do recente estudo preparado pelo Conar e a Associação Brasileira de Anunciantes, intitulado "Publicidade e Criança: Comparativo Global da Legislação e da Autorregulamentação". A pesquisa atestou que as restrições à publicidade infantil vigentes hoje no Brasil são mais rigorosas do que as encontradas nos três países tidos por mais severos nesse controle: Reino Unido, Espanha e Suécia.

A prova acertou, apesar de tudo, ao mencionar a inconstitucionalidade da resolução nº 163 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Essa resolução pretendia tornar abusiva, portanto, proibida, qualquer publicidade dirigida à criança.

A Constituição expressamente prevê a competência exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre publicidade e propaganda. Tendo em vista que o Conanda é um órgão administrativo vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, suas resoluções não têm a força normativa que alguns setores lhes quiseram emprestar.

CAROLINA ARID ROSA BRANDÃO, 34, advogada, é sócia do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian – Advogados. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Mobilidade urbana no século 21 (ANTHONY LING)

PARA diminuir o histórico incentivo ao automóvel, a Prefeitura de São Paulo aumentou drasticamente o número de faixas exclusivas para ônibus. Por outro lado, autorizou há pouco mais de um mês o aumento da tarifa do transporte público, congelada desde os protestos de 2013.

Ao perder espaço na via, o motorista paulistano mostrou descontentamento. A crítica é até compreensível, já que faixas exclusivas não são a única forma de melhorar o transporte coletivo. Pesquisa realizada pelo engenheiro de transportes Renato Arbex, na USP, indica que apenas redesenhando as rotas dos ônibus é possível, com menos veículos, eliminar as baldeações e reduzir o tempo de viagem para 99% dos passageiros.

Há também formas mais inteligentes de gerir o espaço nas vias. Tanto Estocolmo, na Suécia, como Cingapura, por exemplo, implementaram pedágios urbanos que variam de preço regulando o fluxo da via de acordo com a sua demanda. Com o trânsito fluindo, a faixa exclusiva se torna menos necessária.

O MPL (Movimento Passe Livre), que liderou as manifestações de 2013, se opôs aos R\$ 0,50 adicionais na tarifa. Mas a proposta do MPL de zerar a tarifa e "municipalizar" as linhas de ônibus, hoje operadas por concessões privadas, levaria à superlotação de um sistema já saturado nos horários de pico. A prefeitura, sem experiência nem incentivos para gerir bem uma nova estatal e ainda abrindo mão do valor das tarifas, gastaria mais do que os R\$ 1,6 bilhão que subsidiam os operadores privados.

Mesmo assim, a crítica do MPL ao modelo de concessões é válida: se os operadores são protegidos de concorrência e seu lucro garantido pela prefeitura, os benefícios de operação pelo setor privado para aumentar a eficiência se corrompem. O foco do debate deveria ser a restrição a novas tecnologias e a transportes alternativos capazes de aumentar as opções de mobilidade urbana. O táxi-lotação, que permitiria a divisão da corrida do táxi por até quatro passageiros com rotas definidas, foi recentemente vetado pela Prefeitura de São Paulo, enquanto a solução é o foco de um dos principais projetos da Prefeitura de Nova York. O objetivo lá é aproveitar melhor os táxis existentes, que costumam ter um único passageiro.

Outras alternativas novas, como os aplicativos de encomenda de caronas por smartphone, permitem um ganho real em mobilidade. Lyft e Uber, serviços deste tipo, estão consolidados em várias cidades, levando muitos dos seus usuários a aposentarem seus carros. Em São Paulo, entretanto, o Uber opera ilegalmente, enquanto sua versão carioca, o Zaznu, foi desativado por dificuldades regulatórias.

San Francisco, nos EUA, é uma das cidades mais abertas à inovação em transporte, permitindo o teste de dezenas de novas opções de mobilidade criadas por empreendedores. Além dos aplicativos de compartilhamento de caronas, é possível que micro-ônibus criem rotas de acordo com a demanda dos usuários e que ônibus fretados paguem taxas para usar as paradas públicas. São poucas as cidades, no entanto, que permitem esse tipo de mudança. Não apenas São Paulo, mas cidades do mundo inteiro estão enfrentando dificuldades ao confrontarem regulações do século 20 com tecnologias do século 21.

A opinião pública também deve ter consciência de que as soluções já existem e precisa deixar de reivindicar mudanças sobre um modelo já ultrapassado. Tanto o setor público como os cidadãos que criticam a atual situação devem se dar conta de que a mobilidade urbana não tem uma única solução, mas, sim, várias. O que precisamos é de um ambiente que permita que elas ocorram.

ANTHONY LING, 28, arquiteto e urbanista, é editor do site CaosPlanejado.com. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Nova forma de lutar contra a corrupção (ROBERTO PORTO)

A UTILIDADE da pena a um delito reside na prevenção, de acordo com o filósofo francês Michel Foucault. Sendo assim, não deve ser calculada em função do malfeito, mas, sim, sobre sua possível reincidência, com o intuito de evitar uma futura desordem. Precisa, portanto, ser dimensionada de forma a retirar do criminoso a vontade de recomeçar.

É preciso punir o suficiente para impedir a reincidência. É falaciosa a opinião de que a proporcionalidade das penas visa à distribuição igual de castigo. A proporcionalidade está tanto na regra da quantidade mínima como naquilo que poderíamos chamar de limite da penalidade estrita. A arte de punir reside no segredo de tornar desvantajosa a ideia da prática do delito.

A timidez na aplicação do castigo é tão maléfica quanto o desmando e jamais se confunde com o que chamamos de economia calculada do poder de punir. O ideal - em contraposição ao princípio da intervenção mínima do direito na sociedade - é buscar a punição máxima para crimes de lesão máxima. Destacam-se, entre eles, os delitos ligados à corrupção do Estado, em todas as suas formas. A declaração final do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília, em 2005, estabeleceu que a corrupção impõe "ameaças à democracia, ao crescimento econômico e ao Estado de Direito". Se é assim - e a conclusão do fórum foi absolutamente adequada - é preciso punir também práticas corruptas praticadas por pessoas jurídicas.

As modalidades de corrupção fazem desviar dos cofres públicos, aproximadamente, US\$ 1,5 trilhão, o que corresponde a 5% do PIB global, segundo dados do Banco Mundial. Há bastante parcimônia, no entanto, com os responsáveis por tais delitos, em especial na responsabilização dos crimes protagonizados por empresas que operam e contratam com o poder

público. Não é do trato do direito brasileiro a responsabilização das pessoas jurídicas. A reversão desse quadro requer prioridade. É preciso, antes de tudo, reconhecer os significativos avanços trazidos pela lei federal nº 12.846/2013, a Lei Anticorrupção, que impõe severas sanções administrativas e judiciais às pessoas jurídicas e abre um novo horizonte no combate à corrupção.

De forma pioneira, a Prefeitura de São Paulo regulamentou esse dispositivo e passou a utilizá-lo por meio da Controladoria Geral do Município. A iniciativa reafirma a importância de as empresas adotarem medidas que garantam o cumprimento de exigências legais e de integridade no ambiente de negócios. A proposta leva em conta a necessidade da criação de mecanismos internos de fiscalização e do aperfeiçoamento de códigos de ética e de conduta capazes de inibir atos lesivos à administração pública.

Esses mecanismos tutelam importantes compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, dentre eles a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada em 2005. Mais do que isso, apontam um alinhamento com uma concepção moderna internacional de prevenção à corrupção. O Brasil será suficientemente maduro, sob o prisma do direito de punir, quando as empresas que operam e contratam com o poder público também se sujeitarem a imposição de responsabilidade objetiva, civil e administrativa, que hoje --exceção de dados estatísticos-- não conhecem em absoluto.

Acostumaram-se às vantagens que o dinheiro subtraído do povo lhes proporciona. Sabem que dificilmente o dinheiro subtraído é recuperado pelo poder público. Já não suportamos mais conviver com os seguidos casos de condutas ilícitas praticadas por empresas que negociam com o poder público. Na maioria das vezes, elas são relegadas à consequência penal mínima, verdadeira distorção entre o ideal de punir e o resultado efetivo de demoradas e complexas ações penais.

ROBERTO PORTO, 46, promotor de Justiça, é controlador-geral do município de São Paulo. Foi secretário municipal de Segurança Urbana em São Paulo (gestão Haddad). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Ovo hoje ou galinha amanhã? (CONTARDO CALLIGARIS)

DOMINGO, voltando a São Paulo, assim que o avião tocou o solo, minha vizinha de poltrona retirou da bolsa e reanimou o celular que ela nunca tinha desligado - contrariando a ordem expressa de apagar totalmente qualquer aparelho eletrônico. Naquele exato momento, a aeromoça pediu que os celulares fossem ligados só quando o avião estivesse de porta aberta. Minha vizinha, já nos seus e-mails, procurou minha cumplicidade: "Não dá para esperar, hein?".

Se você tem simpatia pela minha vizinha e, a esta altura, pensa que o mundo merece ser de quem não quer esperar, é bom lembrar que o famoso teste do marshmallow diz o contrário. Proponha esta alternativa a crianças de cinco anos: você pode comer um marshmallow (ou outra guloseima preferida) agora mesmo ou, então, esperar até eu voltar, e aí você terá direito a dois marshmallows. Acrescente que, se a criança não aguentar e chamar antes de você voltar, você aparecerá imediatamente, mas ela ficará com um doce só.

Essa experiência foi realizada numa creche da Universidade Stanford, nos Estados Unidos, no começo dos anos 1960. Em tese, o teste explorava os meios pelos quais as crianças conseguiam resistir à tentação imediata (ou, ao contrário, as estratégias que as levavam a desistir rapidamente). A pesquisa se tornou um clássico décadas depois, quando seu autor, Walter Mischel, reencontrou as crianças testadas originalmente para ver como elas tinham evoluído.

Ao longo dos anos, as crianças que tinham sido capazes de esperar e ganhar dois marshmallows se deram muito melhor do que as outras: nos estudos, no equivalente ao vestibular, na profissão que escolheram, na estabilidade das uniões afetivas etc. Mischel, hoje professor de psicologia na Universidade Columbia, em Nova York, acaba de publicar "The Marshmallow Test" (ed. Little, Brown & Co.). No livro, ele expõe a história do teste (e de seus derivados, dos anos 1960 até hoje) e medita sobre os resultados e suas eventuais consequências pedagógicas.

Mischel, que é também um clínico e bom leitor de Freud, não tira conclusões apressadas da experiência que o tornou famoso. Mesmo assim, é frequente que os resultados do teste do marshmallow sejam interpretados como a demonstração do fato de que a exigência de satisfação imediata e a incapacidade de controlar os apetites prometeriam o fracasso social.

Moral aparente da história: os que não sabem esperar (e preferem um marshmallow já) acabam mais facilmente nas prisões do que nas pós-graduações. Na fábula de La Fontaine, quem se dá bem é a formiga, não a cigarra. Cuidado, essa conclusão é duvidosa. Os resultados do teste do marshmallow não prometem um futuro tenebroso aos que procuram o prazer. Ao contrário, a criança que consegue esperar e que terá mais sucesso na vida é a que se controla em vista de um prazer maior (dois marshmallows), e não em nome dos méritos que ela adquiriria por se privar de um prazer.

O que é bom não é saber se privar, mas saber obter uma recompensa maior. Desse ponto de vista, o crente que se comporta de modo a ganhar o paraíso não é diferente dos libertinos de Sade que suspendem sua ejaculação na esperança de encontrar um receptáculo no qual seu gozo será maior. Mas voltemos a outro "detalhe", crucial na hora de perguntar como fazer com que nossas crianças saibam merecer o segundo marshmallow. No teste (e na vida), uma criança só consegue se controlar e esperar que o adulto volte com a condição de acreditar em sua palavra, ou seja, com a condição de confiar nele.

Se presumo que o adulto seja um mentiroso que não voltará, melhor comer meu marshmallow agora --pois quem garante que, no fim, alguém chegará com dois marshmallows? Não sei se o teste do marshmallow foi repetido no Brasil. Se

foi (ou se for), não seria surpreendente que as crianças brasileiras pareçam mais "imediatistas" do que as americanas ou as europeias.

Mas que ninguém conclua que os brasileiros seriam mais hedonistas - quem sabe, pela herança de uma colonização que preferiu saquear a apostar no futuro. Antes disso, melhor considerar que os brasileiros, desde a infância, têm boas razões para não confiar nos "adultos" (no caso, leia-se: em quem os governa). E, obviamente, se os "adultos" são ladrões e mentirosos, melhor comer já o marshmallow que está na mesa.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Ignorante com poder e sem poder - um problema no âmbito da legalização do aborto (MÁRCIA TIBURI)



Eduardo Cunha, o presidente da Câmara dos Deputados

A FRASE de Eduardo Cunha "aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver" pronunciada esta semana no clima truculento que caracteriza a má política brasileira atual (salvo exceções, nunca é demais dizer) provocou muitas críticas. Regulação da mídia é assunto para outro texto. Mas a questão do aborto é urgente enquanto a truculência passa por cima de mulheres que morrem, vítimas da ilegalidade.

Militantes da questão do aborto voltaram a levantar argumentos em nome da legalização com a maior seriedade. Quem defende a legalização do aborto sempre toma o cuidado de deixar claro que ninguém é a favor do aborto puro e simples. Que a questão do aborto é a do direito das mulheres à saúde e ao seu próprio corpo, bem como à sua escolha de vida. Quem fala em nome da legalização do aborto põe em cena a exigência de respeito própria ao desejo de democracia que ainda nos permite viver em sociedade.

Penso nisso bastante perplexa com o fato de que a ignorância prepotente e truculenta não se cansa de falar sobre o aborto. É de estarrecer o sucesso de grosserias que parlamentares vem dizendo há tempos. O sucesso que fazem entre eleitores igualmente grosseiros. Por que não se calam? Podemos nos perguntar, mas não podemos perguntar a eles. Seria uma grosseria do mesmo nível. E, pior: não seria escutada. Problema é que aqueles que falam contra a legalização não ouvem o que dizem aqueles que a defendem. Não ouvem as próprias mulheres enquanto legislam sobre elas.

E falam demais. E por que falam pensando que dizem verdades, não se calarão. Consideram a si mesmos, como qualquer personalidade autoritária, donos do outro a quem tomam por "ninguém". São atualmente os donos do Brasil e agem como donos dos corpos e mentes das brasileiras que, de algum modo, eles levam à morte, no contexto do aborto ilegal. É o mesmo caso do que acontece com a ilegalidade das drogas. A ilegalidade mata. Ela é a garantia de que os abandonados pelo Estado não incomodarão nunca mais.

Ignorante com poder e sem poder

Enquanto mulheres morrem, a fala estúpida do deputado reverbera em mentes ignorantes que se regozijam com clichês. Quem ama os clichês (como Eichmann, Hitler e Eduardo Cunha) deve se pensar o mais inteligente dos homens como só os canalhas pensam acerca de si mesmos.

Certamente o papel de um parlamentar não é uma questão para quem se pronuncia dessa maneira. Certamente quem se pronuncia dessa maneira não foi ensinado a escutar. A palavra diálogo certamente não faz parte da gramática da agressividade que é o jogo de linguagem no qual parlamentares dessa linhagem alimentam seu espírito autoritário.

Penso nessas pessoas que, sendo vítimas de uma cultura irreflexiva em que a ignorância sempre foi mais elogiada que a escola, concordam com a estupidez de Eduardo Cunha. Mas penso que há uma diferença entre os ignorantes. Entre aquele que vota e aquele que é eleito. Um é simples, sem poder; o outro é complexo, com poder.

Eduardo Cunha não é evidentemente um ignorante simples. Ele é um ignorante complexo porque tem poder. Hoje ele tem ainda mais poder como presidente da Câmara. O que se pode fazer para deter os efeitos da ignorância complexa que é a de quem tem poder? O que se pode fazer para evitar que a ignorância prepotente, essa ignorância que se constitui em comunidade, tome o poder?

Podemos partir de uma autorreflexão crítica, sempre é bom antes de votar. E é bom também na hora de defender verdades supostas. Seria bom que as mulheres tomassem mais espaço no poder. Continuo pensando que esse não é um assunto de quem não engravida. Enquanto isso, a mentalidade ignorante quanto à questão do aborto tem vencido. Nós, mulheres, seguimos abortando.

As pessoas não sabem o que dizem quando falam contra o aborto

É bom divulgar argumentos relativos à saúde das mulheres, ao direito sobre o corpo, ao preconceito religioso e de classe que impera na mentalidade geral sobre o tema do aborto. Mas é bom também levantar o sentido dessa ignorância comum, pois as pessoas não sabem o que dizem quando essa é a questão. Na falta de expressão elas usam a frase feita, a ideia construída pela ignorância. É a falsa expressão o que está em cena quando se fala preconceituosamente sobre aborto. As pessoas não falam o que realmente pensam, elas simplesmente repetem discursos a partir do que é transmitidos por igrejas e meios de comunicação de massa comprometidos com o poder na sua forma de opressão. Oprimir as mulheres não é novidade nenhuma. O ódio no discurso contra a legalização do aborto defende ocultamente a morte das mulheres pobres ou desamparadas legalmente no seu ato comum de abortar.

Lastimando

Por fim, gostaria de dizer que a frase grosseira e agressiva do mau deputado é um estímulo à ignorância da nação. Qualquer coisa que se diga de Eduardo Cunha não escapará ao lamento: seus projetos de lei fascistas, seus pronunciamentos vergonhosos. Em clima de piada politicamente incorreta (ando lendo muito Nelson Rodrigues que sempre ajuda em certas guerras) podemos dizer que sua frase é de lastimar, bem como que, na época de sua mãe, o aborto...

Mas falando bem seriamente, sinto muita vergonha de viver em um país com políticos desse tipo e de não poder deixar de escrever sobre um personagem como esse ignorante com poder.

* Sugiro um texto simples que apresenta argumentos e questões sobre o tema do aborto para qualquer tipo de leitor, porque é preciso acender as luzes contra o apagão ético e político atual no que concerne ao aborto:

<http://catolicas.org.br/destaques/mulheres-cadaveres/>

MÁRCIA TIBURI é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles "As Mulheres e a Filosofia" (Ed. Unisinos, 2002), "Filosofia Pop" (Ed. Bregantini, 2011) e Sociedade Fissurada (Record, 2013). Publicou também romances: Magnólia (2005), A Mulher de Costas (2006) e O Manto (2009), Era meu esse Rosto (Record, 2012). É autora ainda dos livros Diálogo/desenho, Diálogo/dança, Diálogo/Fotografia e Diálogo/Cinema (ed. SENAC-SP). **Revista CULT, Fevereiro de 2015.**

Regras do seguro-desemprego devem mudar? SIM

Minimizar a alta rotatividade do comércio (JAIME VASCONCELLOS)

DENTRE as mudanças propostas pela medida provisória nº 665/14, que altera a lei que regula o programa do seguro-desemprego, uma que deve ter impacto significativo para as empresas do varejo é o aumento do período de trabalho exigido para que o trabalhador peça pela primeira vez o seguro-desemprego.

Antes, para ter acesso ao benefício pela primeira vez, o trabalhador precisava ter trabalhado por apenas seis meses consecutivos. Agora, o prazo passou a ser três vezes maior, ou seja, de 18 meses. No caso do trabalhador que está fazendo a segunda solicitação, o prazo passou para 12 meses, enquanto, no caso da terceira solicitação, o prazo ficou em seis meses. As mudanças vêm ao encontro de duas importantes necessidades.

A primeira é o ajuste nas contas públicas. A economia gerada com as novas regras do seguro-desemprego (que, somada às regras mais rígidas impostas à concessão de outros benefícios previdenciários e trabalhistas, devem chegar a R\$ 18 bilhões por ano) dá claros sinais da inclinação e dos principais objetivos da nova equipe econômica, mais preocupada com o equilíbrio fiscal. Ao mesmo tempo, ela tem o poder de minimizar uma das realidades mais corrosivas à economia - em especial a alguns setores, como o comércio -, que é a alta taxa de rotatividade da mão de obra.

Ao anunciar a medida, o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, disse que as limitações à concessão dos programas serviriam para "corrigir excessos e evitar distorções". De fato, a facilidade de acesso ao seguro-desemprego, somada ao cenário de pleno emprego no mercado de trabalho, criava incentivos para o aumento da rotatividade da mão de obra, especialmente no caso de trabalhadores menos qualificados e com menores salários, exatamente o caso da maior parte da mão de obra do setor de varejo.

Segundo a Pesquisa do Emprego no Comércio Varejista da região metropolitana de São Paulo, desenvolvida pela FecomercioSP com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho), em 2014, a taxa de rotatividade média da mão de obra no varejo foi de 4,7%. Isso quer dizer que, todo o mês, em média, a cada 20 funcionários o empresário do varejo precisa repor 1. Considerando agora dados do Estado de São Paulo, o comércio é o terceiro setor com maior rotatividade. Em 2014, a rotatividade média mensal foi de 4,3%. É como se em quase dois anos o setor comercial paulista passasse por uma renovação total de seus funcionários.

No mesmo período, construção civil e agropecuária atingiram taxas médias mensais de 6,7% e 4,5%, respectivamente. Nesses casos, contudo, a sazonalidade é uma característica intrínseca aos setores, de modo que a intensa movimentação de trabalhadores também é uma consequência endêmica a eles. A alta rotatividade implica altos custos às empresas. São custos para recrutamento e seleção, bem como custos administrativos para admissão, treinamentos e integração e para desligamentos.

Principalmente aquela rotatividade proveniente da cultura de desligamento sem justa causa, mesmo em casos nos quais o próprio trabalhador pede demissão, possibilitando, assim, seu acesso ao seguro-desemprego. Mesmo não havendo estatísticas do quanto isso ocorre, entre 2010 e 2014, no comércio do Estado de São Paulo, o desligamento sem justa causa manteve média anual de 66,4% do total de desligamentos.

Qualquer medida que busque melhor saúde das contas públicas sem aumento de impostos já seria positiva nesse momento. Uma medida que, além dessa característica, pode corrigir distorções e minimizar uma hostil alta rotatividade é, portanto, mais do que bem-vinda.

JAIME VASCONCELLOS, 26, é assessor econômico da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Regras do seguro-desemprego devem mudar? NÃO

Retrocesso dos direitos trabalhistas (LUIZ CARLOS MOTTA)

ANUNCIADAS no final do ano passado, as medidas provisórias nº 664 e nº 665 dificultam o acesso à concessão de benefícios trabalhistas fundamentais para a segurança financeira do trabalhador e de seus dependentes. São afetados pelas medidas direitos como abono salarial, seguro-desemprego, pensão por morte e auxílio-doença.

Se forem aprovadas pelo Congresso, as novas regras terão um impacto maior exatamente nas classes que mais necessitam desse amparo. A mudança no seguro-desemprego, que torna obrigatórios 18 meses de trabalho anteriores à sua primeira solicitação, por exemplo, pode ser um golpe na estabilidade econômica dos trabalhadores que estão começando suas carreiras.

Podemos utilizar como exemplo a categoria comerciária, que é predominantemente composta por jovens - cerca de 28% dos comerciários têm de 18 a 24 anos e 19% estão entre 25 e 29 anos. Os jovens do comércio, de maneira geral, estão em seu primeiro emprego, buscando estabilidade e independência financeira, seja para arcarem com estudos e especializações ou mesmo para ajudar no sustento das famílias. Em uma realidade econômica como a nossa, com alta inflação e um risco de desemprego elevado, esses trabalhadores são os mais afetados pela mudança no benefício.

Estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), constatou que, em 2013, um total de 47,2% dos desligamentos se deram ou ocorreram por motivo qualificado como "sem justa causa" por iniciativa do empregador. A Relação Anual de Informações Sociais de 2012, por sua vez, identificou uma taxa de rotatividade de emprego global no país da ordem de 64%.

Além do seguro-desemprego, outro exemplo do efeito devastador dessas mudanças para a segurança financeira dos trabalhadores é a pensão por morte, que afeta diretamente as suas famílias. Antes fixado em 100% do salário do contribuinte, o novo cálculo tem como base apenas 50% desse valor, com adicionais de 10% para cada dependente, além de estipular um período de "carência" para que o contribuinte e seus familiares tenham direito ao auxílio.

O retrocesso significa menos segurança financeira para os dependentes do trabalhador, inclusive no caso de uma fatalidade. Perante as reações negativas da população e entidades de classe, ministros chegaram a se justificar argumentando que as mudanças são benéficas aos trabalhadores por corrigirem distorções e regalias, o que não é verdade. Tentando resolver problemas de ordem econômica, o governo apela para direitos trabalhistas em vez de realizar mudanças estruturais que deveriam vir antes dessas medidas, que são manobras econômicas que colocam em xeque a população mais necessitada.

Questões como os sistemas de ingresso no mercado de trabalho, desenvolvimento e qualificação profissionais e até melhores regulações do mercado de trabalho são apenas alguns dos exemplos possíveis de mudanças positivas para o Brasil que deveriam estar em pauta, muito mais importantes do que as medidas que ceifam os direitos do trabalhador e contribuem com o sentimento de instabilidade financeira.

O governo brasileiro está cercado de diversos problemas econômicos que devem ser enfrentados urgentemente, mas não é mexendo dessa forma em direitos trabalhistas que esses problemas serão resolvidos. Antes, cabe ao Estado amparar o trabalhador em momentos de crise, garantindo a estabilidade financeira que é seu direito.

LUIZ CARLOS MOTTA, 55, é presidente da Fecomercários (Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo) e da UGT-SP (União Geral dos Trabalhadores de São Paulo). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2015.**

Lucas Rocha
Curso de Redação,

